



REQUERIMENTO Nº.                    /2026

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Franca/SP.

DESPACHO.

Encaminha-se.

Sala de Sessões, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

---

Presidente

O vereador que a este subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer nos termos regimentais, **informações sobre profissionais contemplados com o Bolsa Técnico, locais de atuação, horários, remuneração e garantia de acesso à informação.**

Sobre essa questão, requero as seguintes informações:

- Relação nominal completa dos profissionais contemplados pelo programa denominado Bolsa Técnico, especificando: Nome completo; CPF (com supressão parcial, nos termos da LGPD); modalidade esportiva ou área de atuação; critérios técnicos, legais e administrativos utilizados para concessão do benefício;
- Indicação detalhada dos locais onde cada técnico desenvolve suas atividades, contendo: Nome do espaço público ou privado; endereço completo; natureza da utilização (próprio, cessão, convênio ou parceria);
- Informar, de forma discriminada, os dias e horários das aulas, treinamentos ou atividades desenvolvidas por cada profissional;
- Informar o valor da remuneração/bolsa percebida por cada técnico, contendo: Valor mensal individualizado; forma de pagamento; fonte do recurso (dotação orçamentária específica); existência de adicionais, gratificações ou quaisquer benefícios indiretos;
- Esclarecer se há controle formal de frequência, produtividade e desempenho, indicando: Metodologia de avaliação; periodicidade dos relatórios; órgão responsável pela fiscalização e acompanhamento;



- Informar se existe previsão de ampliação do programa, incluindo novos polos, modalidades e quantitativo de beneficiários;

O presente requerimento fundamenta-se no dever constitucional de fiscalização do Poder Legislativo e nos princípios da administração pública, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Ressalta-se que o acesso às informações solicitadas encontra amparo na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que assegura a qualquer cidadão o direito de obter dados de interesse coletivo ou geral, bem como impõe à Administração Pública o dever de transparência ativa e passiva. Logo, este vereador requer que as informações sejam prestadas em formato digital aberto, acessível e auditável, conforme preconiza a legislação vigente, possibilitando o pleno exercício da fiscalização pública.

A ausência ou omissão no fornecimento das informações poderá caracterizar violação aos deveres de transparência, sujeitando os responsáveis às medidas cabíveis, inclusive no âmbito dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

Dessa forma, a disponibilização detalhada das informações — especialmente quanto à remuneração, carga horária e locais de atuação — é imprescindível para verificar a correta aplicação dos recursos públicos e garantir a efetividade das políticas esportivas no município.

Diante do exposto, solicito o encaminhamento das informações acima descritas e desde já agradeço a atenção dispensada.

Câmara Municipal, 13 de abril de 2026.

---

Vereador Marcelo Tidy